

Aula 17
Absolutismo



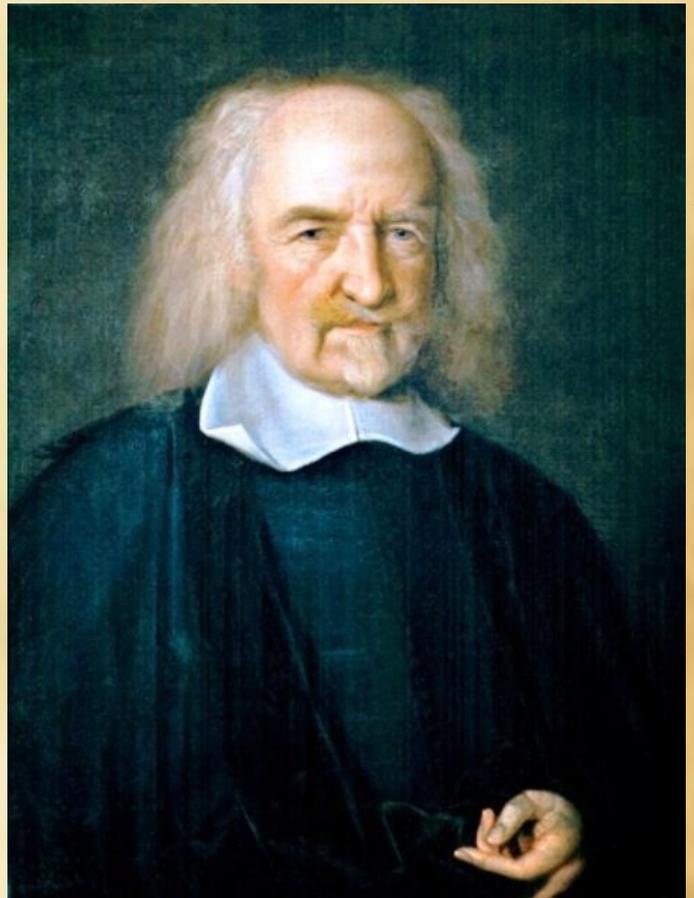
Professor: Eduardo Leite

Durante a Idade Moderna (séculos XV a XVIII), ocorreu em grande parte da Europa um processo de fortalecimento dos governos das monarquias nacionais. Esse processo resultou no absolutismo monárquico. A autoridade do rei tornou-se a fonte suprema dos poderes do Estado; em nome do soberano, o poder era exercido pelos diversos membros do governo: nas finanças, na formulação das leis, nos tribunais de justiça, no exército, etc. O absolutismo, ainda que com diferentes formas, se desenvolveu em diversos Estados europeus, como Portugal, Espanha, França e Inglaterra.

*O exemplo mais representativo de monarca absolutista talvez seja Luís XIV, da França, que governou o país de 1661 a 1715. O símbolo adotado por ele era o Sol, indicando que ele era o centro do qual irradiava a luz da França. Ficou famoso também pela frase *O Estado sou eu*.*



Diversos teóricos foram responsáveis por elaborar argumentos que defendiam e justificavam a necessidade do absolutismo. O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) é um exemplo, tendo escrito o livro *Leviatã* (1651), onde compara o Estado a um poderoso monstro, criado para acabar com a desordem e a insegurança da sociedade. Para ele, nas sociedades primitivas, o homem era o lobo do homem, ou seja, a humanidade vivia em constantes conflitos, cada qual lutando pela sua sobrevivência e de acordo com seus próprios interesses individuais. A solução para esse conflito seria então estabelecer um contrato social, no qual cada um deveria renunciar à sua liberdade em favor de um governo absoluto, capaz de garantir a ordem, a direção e a segurança do convívio social. Hobbes justificava então o poder absoluto dos governantes como uma condição necessária para a paz e o progresso social, pois esse poder do Estado nasceria desse contrato social, no qual a vontade do governante passaria a valer como a vontade de todos. O governante, por sua vez, tinha como dever básico buscar o bem estar do povo



Outro exemplo é Jacques Bossuet (1627-1704), bispo francês que defendia ferrenhamente a monarquia absolutista e cristã. Dizia que o rei era predestinado por Deus para governar, e que seu poder, portanto, era de origem divina e absoluto. Por esse motivo, o rei estava acima de tudo e todos, e não precisava justificar suas ações para ninguém, pois somente Deus poderia julgá-lo. Ainda assim, defendia que um bom rei usaria de seu poder para a felicidade geral do povo.



Um dos principais teóricos defensores do absolutismo foi Nicolau Maquiavel. Ele era defensor do Estado e dos soberanos, e defendia a utilização de todos os meios para garantir o sucesso e continuidade do seu poder. Maquiavel dizia que era mais importante que um rei fosse temido do que amado. Em seu livro *O Príncipe*, ele justificou o uso da violência como manutenção do controle.



O regime absolutista foi defendido também por Jean Bodin. Em suas teorias, Bodin associou o Estado à família, defendendo tal qual o poder de um chefe de família, o poder real deveria ser ilimitado.



O absolutismo, porém, não agradava a todos. Havia grupos sociais que, representados pelo parlamento, desejavam limitar os poderes dos monarcas e atender aos seus próprios interesses políticos, econômicos e sociais. Entre esses grupos estavam comerciantes, proprietários rurais que buscavam lucros com a exploração da terra, donos de manufaturas, etc.

Os principais monarcas do regime absolutista foram:

- Elizabeth I - rainha da Inglaterra e da Irlanda de 1558 a 1603.*
- Fernando de Aragão e Isabel de Castela - reis da Espanha durante o século XV.*
- Luís XIII - rei da França entre 1610 e 1643.*
- Luís XIV - rei da França de 1643 a 1715.*
- Henrique VIII - rei da Inglaterra no século XV.*
- D. João V - rei de Portugal entre 1707 e 1750.*
- Luís XV - rei da França entre os anos de 1715 até 1774.*
- Luís XVI - rei da França de 1774 até 1789.*
- Fernando VII - rei da Espanha entre os anos de 1808 até 1833.*
- Nicolau II - rei da Rússia de 1894 a 1917.*



A sociedade estamental

Nas sociedades do Antigo Regime, os grupos sociais estavam divididos em três estamentos (ou ordens ou estados): clero, nobreza e o terceiro estado. Esse último, numericamente maior que os outros dois, era constituído de grupos sociais bastante distintos em níveis econômicos: comerciantes, artesãos, agricultores, profissionais liberais, etc. Cada estamento tinha um estatuto jurídico próprio, o que assegurava direitos e obrigações diferentes para cada ordem. Entre as obrigações do clero, por exemplo, estava praticar o ofício religioso, procurando conduzir os fiéis à salvação eterna; da nobreza, garantir a defesa militar do território; do terceiro estado, trabalhar para sustentar a sociedade. Quanto aos direitos: do clero, de ser alimentado e defendido; da nobreza, de contar com as orações e o trabalho dos outros; do terceiro estado, de receber orações e proteção.

Pode-se dizer que o clero e a nobreza eram estamentos privilegiados, pois seus membros estavam dispensados do trabalho, não precisavam pagar impostos, só eram julgados por tribunais especiais e ocupavam os cargos mais elevados do Estado. Enquanto isso, os membros do terceiro estado não desfrutavam de privilégios: eram geralmente excluídos das decisões políticas, cabendo-lhes apenas trabalhar e pagar tributos, ou seja, sustentar o Estado. Isso significa dizer que nas sociedades do Antigo Regime a desigualdade era juridicamente estabelecida, uma vez que a lei não era igual para todos, porque os seres humanos não eram considerados iguais, mas tratados de acordo com o estamento em que nasciam. Por esse motivo, a desigualdade dos estamentos determinava, em grande parte, as diferenças de funções, talento e dignidade existentes entre as pessoas. A situação era ainda mais complicada se considerarmos que havia poucos meios de acesso d um estamento a outro, sendo uma das possibilidades o ingresso de membros do terceiro estado no clero. Ainda assim, no geral, nascer em um determinado estamento era sinal de que essa pessoa também morreria no mesmo estado.



Essas concepções foram muito combatidas pelos pensadores liberais, que ganharam maior notoriedade a partir do século XVIII. Segundo as correntes liberais, os seres humanos nascem iguais e por isso devem ter direitos fundamentais iguais, para todas as pessoas, como por exemplo: direito à vida, à liberdade, à dignidade, à resistir contra a opressão, etc. Nesse sentido, era preciso estabelecer leis iguais para todos, com o reconhecimento da igualdade jurídica implicando no fim do regime de desigualdades por nascimento e com os privilégios disso decorrentes. Como consequência, seria estabelecida, por exemplo, a igualdade no pagamento de tributos, no acesso aos cargos públicos, no julgamento, etc. Esse conjunto de ideais foi elemento fundamental para a Revolução Francesa.

